

O Brasil no mundo polarizado

Luiza Peruffo, Antônio Carlos Diegues, José Eduardo Roselino, Júlio Miragaya, Roberto Alexandre Zanchetta Borghi, Carlos Eduardo Martins, Marta Skinner, Elias Jabbour e Rubia Cristina Wegner debatem estratégias para o Brasil se beneficiar da polarização EUA-China.



*Resumo de monografia sobre a obra
de Maria da Conceição Tavares*



O Brasil no mundo polarizado

■ Qual é o posicionamento mais sábio para tirar proveito do atual momento histórico de polarização entre os EUA e China?

Luiza Peruffo, da UFRGS, ressalta que momentos de tensão internacional favorecem estratégias de barganha. A melhor estratégia é a de não ter nenhum alinhamento automático. Em temas que o Brasil tenha interesse em manter o *status quo*, deve buscar o respaldo dos EUA; em temas que tenha interesse em reformar, deve buscar a China.

Antônio Carlos Diegues, da Unicamp, e José Roselino, da UFSCar, propõem a estratégia “mercados por tecnologia”, com negociações caso a caso. Se complementadas com uma política industrial e tecnológica, tal momento histórico seria uma oportunidade de revitalização da indústria.

Júlio Miragaya, ex-presidente do Cofecon, avalia que a China, por ser a potência desafiante, tende a ser mais “generosa”. A parceria nos Brics deve ser fortalecida e ampliada com a admissão de outros países periféricos.

Roberto Borghi, da Unicamp, enfatiza que é fundamental repensar a estratégia de desenvolvimento, para que o alinhamento às grandes potências permita a garantia da soberania nacional. O Brasil tem ativos importantes, como a biodiversidade.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, acredita que o bloco liderado pelos EUA pouco tem a oferecer à América Latina e Brasil. Os governos de esquerda na região devem contar com o apoio da China, que busca limitar o imperialismo dos EUA.

Marta Skinner, economista e cientista política, aponta que a liderança dos EUA na América Latina vem declinando, o que abre oportunidade para renegociações. O Brasil deve aproveitar as oportunidades da competição permanente entre as grandes potências.

Elias Jabbour, da Uerj, defende a criação de instituições para potencializar as relações entre Brasil e China. A agenda deve priorizar a reindustrialização brasileira e investimentos na infraestrutura, como a instalação de trens de média e alta velocidade por parte dos chineses.

Rubia Cristina Wegner, da UFRRJ, destaca que conglomerados chineses têm expandido sua atuação na Amazônia Legal. Além de ser o maior importador de soja do Brasil, a China vem construindo um sistema logístico de escoamento da produção de grãos produzidos no nosso país, valendo-se das facilidades proporcionadas pelo governo brasileiro.

Leia também o resumo do trabalho de Guilherme Ferreira, um dos vencedores do Prêmio de Monografia.



Sumário

O Brasil no interregno: O que, afinal, o Brasil quer? 4
Luiza Peruffo

Como o Brasil pode se beneficiar da Guerra Tecnológica China-EUA? 9
Antônio Carlos Diegues e José Eduardo Roselino

Polarização EUA versus China 15
Júlio Miragaya

Das adversidades surgem oportunidades: o Brasil diante das tensões entre Estados Unidos e China..... 20
Roberto Alexandre Zanchetta Borghi

A América Latina diante das disputas geopolíticas contemporâneas..... 26
Carlos Eduardo Martins

Desafios do Brasil num mundo em transformação..... 32
Marta Skinner

Planejar o nosso comércio exterior, precificar a “volta do Brasil ao mundo” 38
Elias Jabbour

Das muitas consequências, a consequência – Amazônia nas relações econômicas Brasil-China..... 43
Rubia Cristina Wegner

A obra de Maria da Conceição Tavares: uma análise do período 1963-1978 52
Guilherme Ferreira

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radio-aovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 - Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Marcelo Pereira Fernandes. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira, Antonio José Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ
Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.
Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.
Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.



O Brasil no interregno: O que, afinal, o Brasil quer?

Luiza Peruffo*

■ As tensões atuais entre Estados Unidos e China são típicas de momentos de transição no sistema internacional em que “o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer”. Esta é a definição de Gramsci de interregno. No interregno, os conflitos se acirram e há menos coerência nos arranjos e acordos internacionais. A potência declinante luta para manter seus privilégios e sua liderança, enquanto a ascendente desafia a ordem vigente, abertamente ou não.

Processos históricos não são lineares. Isso significa que será mais fá-





cil definir os anos do interregno quando a transição estiver completa. A última transição que o mundo experimentou, entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, é usualmente entendida como completa com o fim da 2ª Guerra Mundial e a assinatura dos Acordos de Bretton Woods (1944), que deram início à ordem liberal internacional¹ comandada pelos Estados Unidos. No entanto, em 1870, os Estados Unidos já haviam ultrapassado a Grã-Bretanha em termos de tamanho econômico absoluto; em 1913, já eram a maior potência comercial (em termos do valor do comércio exterior); ao fim da 1ª Guerra Mundial, já eram a maior nação credora; e durante os anos 1920, o dólar já havia se tornado a moeda dominante no âmbito internacional (ainda que este último ponto seja objeto de debate na literatura).²

Atualmente, a China tem uma economia que equivale a dois terços da economia dos Estados Unidos, e que é maior quando a comparação é feita em termos de paridade de poder de compra. A China já é o principal parceiro comercial para mais de 100 países, inclusive o Brasil, enquanto os Estados Unidos são o principal parceiro de 57 países.³ A China também já é o maior credor oficial do mundo, superando os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, FMI, ou o conjunto dos 22 governos membros do Clube de Paris (o maior credor bruto geral, considerando créditos públicos e privados, continuam sendo os Estados Unidos).⁴ A China é protagonista de praticamente todos os debates multilaterais. Sob o ponto de vista geopolítico, também não há dúvidas de que a China ocupa uma posição de potência internacional. Ainda assim, a China tem acomodado sua impressionante trajetória de crescimento econômico dentro da ordem liderada pelos Estados Unidos. Os motivos para tanto são amplamente debatidos pela literatura especializada. Em parte, a explicação está na estratégia chinesa de evitar o confronto aberto com os Estados Unidos. Em parte, está nas próprias debilidades e contradições internas da China. Em parte, está no fato de que os Estados Unidos ainda detêm um poder estrutural sob a ordem vigente, com destaque para a dominância incontestada de sua moeda no âmbito internacional.

Qual a melhor estratégia para o Brasil tirar proveito deste momento de tensões entre Estados Unidos e China? Não ter nenhum alinhamento automático. O jogo do Brasil deve se dar por temas, de maneira



WIKIMEDIA COMMONS



programática. O Brasil deve ter em conta o desejo dos Estados Unidos em manter o seu poder e o da China de desafiar e/ou criar alternativas à ordem liderada pelos Estados Unidos. Assim, como regra de bolso, em temas que o Brasil tenha interesse em manter o *status quo*, deve buscar o respaldo dos Estados Unidos; em temas que tenha interesse em reformar, deve buscar o respaldo da China.

Momentos de tensão no cenário internacional, em tese, favorecem ainda mais estratégias de barganha. Getúlio Vargas soube aproveitar o contexto de um conflito muito mais explícito entre Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, para obter vantagens concretas para o Brasil. Neste sentido, a polarização em si não precisa ser encarada como uma dificuldade para a gestão Lula que se inicia. Em especial, há de se prestar atenção no tônus dessa disputa, que se concentra na busca pela liderança tecnológica.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer os riscos do período que se segue. A abdicação, ao menos em parte, dos Estados Unidos de seu papel tradicional de coordenação e disciplina global tem tornado mais difícil o gerenciamento das crises internacionais. As crises – sejam elas econômicas, sanitárias, guerras, ou de outra natureza – não devem arrefecer, justamente porque há menos disposição para equacionar os conflitos internacionais. Os conflitos, por sua vez, ge-



ram ressentimentos que alimentam uma variedade de autoritarismos e isolacionismos, minando os espaços para cooperação internacional e expondo as fragilidades de países como o Brasil.

De qualquer sorte, a pergunta que fica é se o Brasil de Lula sabe o que quer de suas relações com os Estados Unidos e a China. Quer apoio para sair, mais uma vez, do mapa da fome? Quer acesso a tecnologias para reverter o processo de primarização da pauta exportadora? Quer investimentos em infraestrutura? Quer respaldo para liderar as questões climáticas e ambientais? Quer voltar a mediar conflitos internacionais, ter voz ativa e pautar a agenda internacional? Quer se posicionar como líder regional? Quer dar continuidade ao processo de adesão à OCDE? Quer um lugar de destaque nas mesas de negociação da ONU, FMI, Banco Mundial e G20? Quer renovar o ímpeto do Novo Banco de Desenvolvimento e o arranjo subjacente dos Brics? O que, afinal, o Brasil quer?

Apesar de ter perdido muita da sua influência internacional nos últimos quatro anos, o Brasil possui atributos que o permitem retomar sua relevância, se assim o desejar. O Brasil é o maior país em termos econômicos, populacionais e territoriais na América Latina. Tanto para os Estados Unidos quanto para a China, ter o apoio do Brasil é estratégico. E o Brasil deveria aprender a usar seu peso internacional para fazer avançar suas agendas, internacionais e também domésticas.

Aliás, deve se antecipar que, para além da disputa entre Estados Unidos e China, a política externa brasileira dos próximos anos vai ser temperada pelas dinâmicas da nossa própria polarização. O governo que se inicia encontrará um ambiente político doméstico tensionado, com uma oposição articulada e forte, respaldada pela classe média, pelos evangélicos e setores militares. Esta combinação de conflitos externo e doméstico Lula ainda não enfrentou. Em seu terceiro mandato (2023-2026), Lula terá que calibrar as demandas populares com um complexo cenário externo de guerra, inflação global e pressão sobre a gestão ambiental.

No interregno ou não, a estratégia é (ou deveria ser) sempre a mesma. Em política, não há almoço grátis. Bolsonaro ofereceu um alinhamento irrestrito a Trump e não recebeu nem ao menos uma visita oficial. Lula não deveria oferecer um alinhamento automático a Estados Uni-



dos, China ou qualquer outro país. O desafio parece ser definir o que o Brasil quer de seus parceiros internacionais e ousar em termos de política externa somente até o ponto em que ela não prejudique o delicado equilíbrio interno.

** É PhD pela Universidade de Cambridge e professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

- 1 O termo “ordem liberal internacional” é utilizado na literatura para se referir à ordem do pós-2ª Guerra Mundial, “organizada em torno da abertura econômica, instituições multilaterais, cooperação em segurança, e solidariedade democrática”. (Ikenberry, J. 2018. *The End of Liberal International Order? International Affairs*, 94, 7-23. Tradução livre, p. 7).
- 2 Dados de Chitu, L., Eichengreen, B. e Mehl, A. 2012. *When did the dollar overtake sterling as the leading international currency? Evidence from the bond markets. NBER Working Paper 18097, National Bureau of Economic Research: Cambridge, MA.*
- 3 Dados de Rachman, G. 2020. *A new cold war: Trump, Xi and the escalating US-China confrontation. Financial Times*, 3 de outubro.
- 4 Dados de Horn, S., Reinhart, C. e Trebesch, C. 2021. *China’s overseas lending. Journal of International Economics*, nº 133.





Como o Brasil pode se beneficiar da Guerra Tecnológica China-EUA?

Antônio Carlos Diegues*

José Eduardo Roselino**

■ O acirramento das tensões entre China e EUA promete ser um dos principais elementos que pautarão as estratégias geopolíticas e de desenvolvimento tanto das potências internacionais quanto as da periferia do sistema nas próximas décadas.

A escalada do conflito interestatal, ao assumir um caráter tecnocrata, abre espaços para a retomada no debate político internacional da centralidade da indústria ao desenvolvimento. Não suficiente a tal escalada, os desdobramentos da pandemia de Covid e da Guerra da Ucrânia desnudaram definitivamente as fragilidades das cadeias globais de valor.

Com vistas a contornar a dependência excessiva destas cadeias e mitigar gradativamente os impactos desestabilizadores que uma desorganização de seus elos pode ter nas economias nacionais, há um consenso entre os principais *policy makers* globais de que a era da hiperglobalização parece ter chegado a um esgotamento.

É nesse contexto que se observa um espaço crescente para a adoção de políticas industriais e tecnológicas que tenham como objetivo aumentar a resiliência das economias por meio da retomada do papel central da indústria e do desenvolvimento tecnológico para uma trajetória de crescimento sustentável no longo prazo. Assim, uma agenda de políticas que durante as últimas décadas esteve relegada ao debate acadêmico agora é ratificada, inclusive por organismos multilaterais. São inúmeras as iniciativas que apontam nessa direção, do qual os bilionários programas norte-americano (*Chip and Science Act*) e chinês de estímulo ao setor de semicondutores são os principais exemplos.



Antônio Carlos Diegues

No caso do Brasil, a combinação da retomada da agenda de políticas industriais com o acirramento da guerra tecnológica entre China e EUA pode abrir espaços para a utilização de uma estratégia diplomaticamente ativa que busque se beneficiar desse contexto.

Na dimensão doméstica, o desdobramento parece ser uma reorganização da correlação de forças políticas e econômicas que traga mais legitimidade à estratégia de uma inserção externa que busque retomar o destino de grandeza do país. Afinal, junto com EUA, China, Índia e Rússia, o Brasil é um dos 5 países no mundo que combina uma população de mais de 100 milhões de habitantes, PIB maior que US\$ 1 trilhão e dimensões continentais (adicionalmente, rico em recursos naturais).

Na dimensão externa, a histórica relevância do Brasil nas relações diplomáticas e o peso geopolítico entre potências emergentes, o papel na América Latina e a posição de principal potência ambiental no mun-



José Eduardo Roselino

do abrem espaço para negociações simultâneas com China e EUA no contexto da disputa tecnológica. Assim como já se observou historicamente nas negociações de Vargas com EUA e Alemanha com o intuito de viabilizar o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil, o conflito entre duas potências pode apresentar novamente possibilidades de desdobramentos positivos para o desenvolvimento produtivo e tecnológico de algumas atividades locais.

Entretanto, duas ressalvas devem ser feitas. Quando comparado ao contexto dos anos 50, a atual dinâmica de fragmentação global da produção traz novos limites para a simples emulação da estratégia utilizada para a construção da CSN e para a atração de IDE associada ao Plano de Metas de JK. Isso porque não parece ser mais possível nem desejável ter como objetivo a construção de um parque produti-

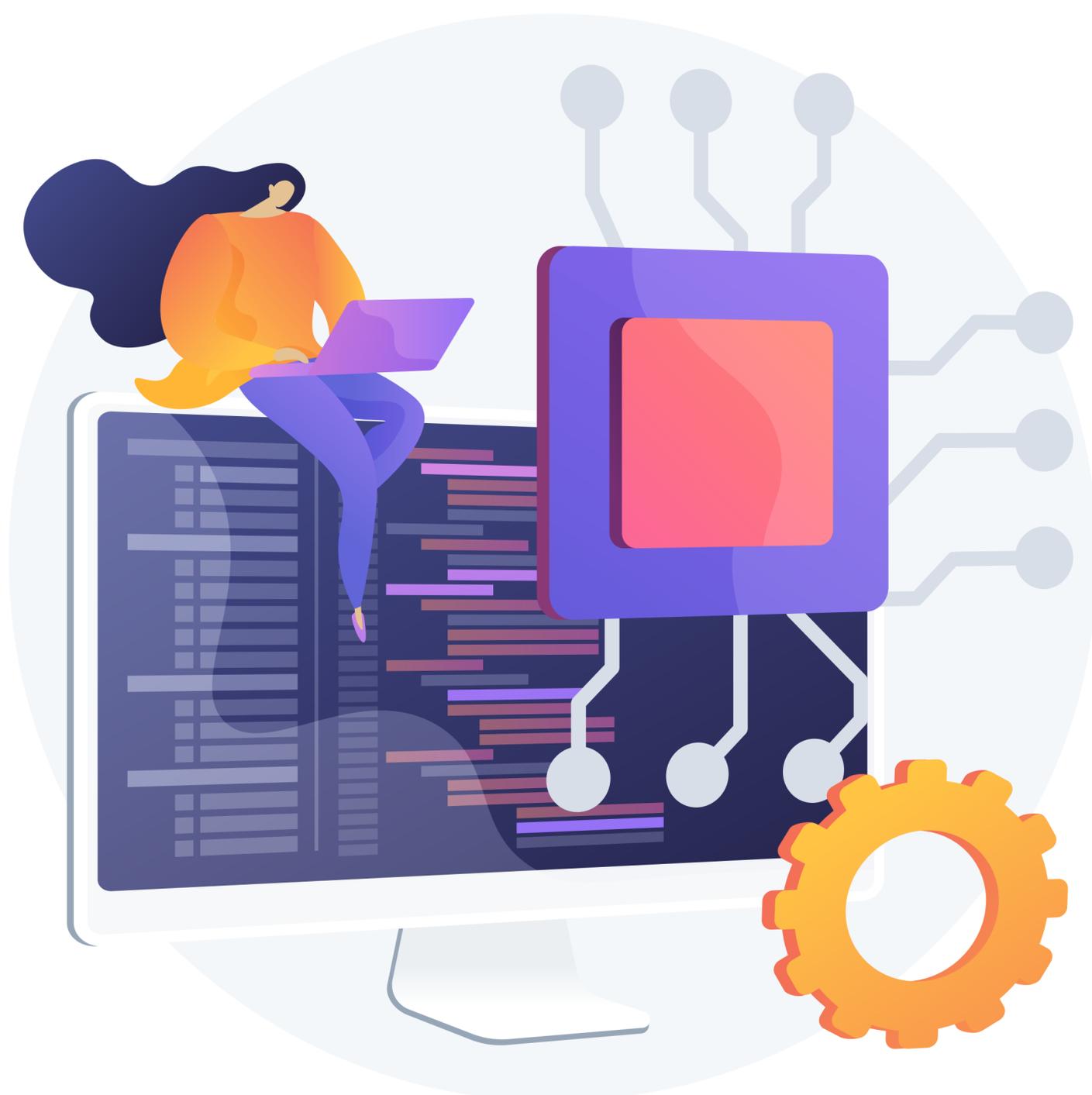


vo doméstico integrado verticalmente e cujo objetivo principal seja a substituição de importações.

Além disso, a própria estratégia de industrialização baseada na atração de empresas multinacionais para os setores tecnologicamente mais dinâmicos trouxe importantes desdobramentos nas décadas seguintes no que diz respeito à dificuldade de se construir um núcleo endógeno do progresso técnico.

Neste contexto, a nosso ver, as negociações simultâneas com China e EUA devem se pautar primordialmente na busca por acordos que foquem a construção de uma dinâmica de aprendizado tecnológico doméstico e que fortaleçam o sistema nacional de inovação.

Assim, o posicionamento brasileiro frente às disputas que se avizinhem em torno de padrões tecnológicos que nortearão o desenvolvimento da Indústria 4.0 deve ser utilizado como um instrumento de barganha. Em outras palavras, sugere-se uma variante da estratégia “mercados por tecnologia”, amplamente utilizada pela própria China em seu processo de industrialização.





A título ilustrativo, o alinhamento a EUA ou China poderia ser negociado caso a caso em diversos tipos de tecnologias constituintes do paradigma da Indústria 4.0 em gestação. Como consequência de determinados alinhamentos, as contrapartidas negociadas poderiam se inspirar nas iniciativas que esses próprios países adotam em seus territórios para desenvolver tais tecnologias. Dentre essas contrapartidas que emulem as estratégicas locais, pode-se citar:

o estabelecimento local de centros de P&D conjuntos entre instituições e/ou empresas de Brasil e dos EUA ou China;

a criação por parte de empresas e instituições chinesas ou americanas conjuntamente com parceiros brasileiros – como Embrapii e Sistema S – de alguns projetos-pilotos de demonstração / aplicação de tecnologias da Indústria 4.0. Esses teriam como missão institucional atuar como agentes de extensionismo e difusão das tecnologias para o parque produtivo brasileiro;

o financiamento a grandes projetos de infraestrutura para implementação de serviços públicos inteligentes (com ênfase em saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, por exemplo) que também contemplem a participação dos agentes listados nos itens (i) e (ii). Nestes, a demanda em si por tecnologias e equipamentos de China ou EUA já seria uma grande contrapartida brasileira;

o estabelecimento de parcerias formais entre instituições de ensino brasileiras e chinesas ou americanas de destaque para a criação de institutos locais que tenham como objetivo a formação em larga escala de recursos humanos em nível técnico e superior com competências em áreas transversais às atividades da Indústria 4.0, como inteligência artificial, *big data*, *cloud computing*. Esses institutos complementaríamos as iniciativas (i) e (ii) e se beneficiariam do intercâmbio de conhecimento e de metodologias científicas de parceiros internacionais. A nosso juízo, tais iniciativas poderiam ser um importante ponto de partida para a construção de capacitações tecnológicas brasileiras no paradigma tecnoprodutivo em gestação. Se complementadas com uma política industrial e tecnológica vigorosa, que seja pautada na busca pelo fomento à transformação estrutural, no aumento da pro-



atividade, da inovação e da competitividade internacional, tal momento histórico poderia representar uma nova oportunidade de revitalização da indústria e dos serviços industriais brasileiros. Agora, em novas bases, tendo aprendido com os acertos, mas também com as limitações e erros do passado.

* *É professor do Instituto de Economia da Unicamp. diegues@unicamp.br*

** *É professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).*

jeroselino@ufscar.br





Polarização EUA *versus* China

Júlio Miragaya*

■ Durante séculos, os principais Estados existentes no planeta se situavam no continente asiático, assim como lá também ocorreram os mais notáveis feitos da humanidade. Mesmo os “badalados” impérios Helenístico e Romano, com centros na Europa, não superaram em grau de desenvolvimento os impérios formados na China, Índia e Pérsia. Ademais, as regiões mais civilizadas e prósperas desses impérios europeus situavam-se no Oriente Próximo. A hegemonia europeia começou a se esboçar apenas a partir do século XVI, com a formação de impérios coloniais em decorrência das grandes navegações, e se firmou somente no século XIX, com a consolida-





ção do sistema capitalista, a ascensão dos EUA e a amplificação dos grandes impérios coloniais europeus. Mas se a hegemonia ocidental perdurou nos últimos 200 anos, hoje se vê claramente desafiada pelo “renascimento” das potências asiáticas, notadamente a China. Se as extensões territoriais dos EUA e China se equivalem, o país asiático possui uma população (mercado interno) 4,3 vezes maior e seu PIB medido pela PPC (Paridade do Poder de Compra) já supera o dos EUA. Suas exportações são 40% superiores às norte-americanas e 60% dos países asiáticos, africanos e latino-americanos têm na China seu principal mercado importador. Tal ascensão chinesa produziu mudanças relevantes no cenário geopolítico. Não por acaso as recentes rejeições da China, Índia e Paquistão em relação às sanções à Rússia propostas pelos EUA e União Europeia sinalizam a formação de um novo eixo geopolítico que desafia o predomínio ocidental. Trata-se aqui de quatro potências nucleares, com quase $\frac{1}{4}$ da superfície do planeta, 42% de sua população e que são hoje, pelo critério de PPC, o 1º, 3º, 6º e 18º PIBs do mundo.

Tal distanciamento do Ocidente decorre de profundos temores e desconfianças. A China viveu o chamado “século da humilhação” entre a Guerra do Ópio (1839/42) e a Revolução Chinesa de 1949; a Rússia sofreu várias invasões (todas rechaçadas) pelas potências europeias e a Índia e o Paquistão foram espoliados pelo Império Britânico durante 150 anos. Não obstante perdurarem algumas rugas envolvendo esses quatro países, hoje eles integram a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que busca a cooperação econômica e militar, englobando também o Irã e os países da Ásia Central. E enquanto a influência dos EUA na periferia do planeta definhou nos últimos 50 anos, a OCX, sob o comando chinês, edifica a “Nova Rota da Seda”, à qual devem futuramente se somar outros países emergentes, como Indonésia, Vietnam, Turquia e inclusive países africanos e latino-americanos. Voltando à questão ucraniana, o que de fato está em jogo no conflito são os vastos recursos naturais russos, notadamente petróleo e gás, que atiçam a cobiça dos trustes norte-americanos e das empresas estatais chinesas. Ao perceber o nítido deslocamento dos interesses chineses em direção à Ásia Central e à Rússia, o imperialismo norte-americano reagiu, provocando a guerra. Inicialmente, financiando



ONGs locais e norte-americanas que promoveram protestos “espontâneos” contra o governo ucraniano pró-russo, gerando a chamada Revolução Laranja em 2004 e o Euromaidan em 2013/14 (nada diferente do que fizeram no Chile em 1973 e no próprio Brasil em 1964: Ibad, Ipes e 2013: MBL, VPR, Millenium). Posteriormente, financiando grupos neonazistas que perseguiram a população de etnia russa no Donbass. E por fim, “convencendo” a máfia dirigente ucraniana a pedir o ingresso do país na Otan, situação inaceitável para a Rússia.

Lembremos que em 1962, quando a URSS iniciou a instalação de mísseis em Cuba, a 370 km de Miami, os EUA ameaçaram iniciar a 3ª Guerra Mundial. Como a Rússia aceitaria a instalação de bases da Otan na Ucrânia estando a fronteira desta a 70 km de Rostov e a 40 km de Belgorod? São cidades russas em que foram travadas duas das mais sangrentas batalhas na 2ª Guerra. Ademais, tal ação quebrou o compromisso firmado, quando da dissolução da URSS, de não se levar a Otan até as fronteiras russas. Em síntese, a guerra provocada faz parte de uma ofensiva norte-americana para desestabilizar a Rússia, visando, no limite, à derrubada de Putin e seus protegidos oligarcas e o controle dos imensos recursos naturais russos pelos trustes norte-americanos.

Lucien Gauthier, do Partido Operário Independente da França, em palestra em São Paulo, afirmou que: “Trata-se de uma guerra que confronta os interesses dos imperialismos (EUA, União Europeia, Japão) e os da oligarquia russa, uma guerra cuja principal motivação é a busca do lucro e a conquista de mercados. E o verdadeiro alvo do imperialismo dos EUA é a China”. Análise similar fez o economista Sergey Glazyev, da Academia Russa de Ciências, que disse que “por trás de tanques e caças, está em curso uma guerra velada, pela qual os EUA lutam para manter sua hegemonia econômica global frente à ascensão da China”. Glazyev denunciou o desvio, pelos oligarcas russos, de mais de US\$ 1 trilhão para paraísos fiscais ocidentais. Como se vê, nem os oligarcas russos e tampouco seu chefe, Putin, têm relações assim tão hostis com a banca internacional. Os EUA apontam China e Rússia como ameaças à democracia e ao mundo quando são eles a maior ameaça. O orçamento militar de US\$ 800 bilhões é 40% do total mundial e 17 vezes superior ao da China em termos *per capita*. De 248 conflitos armados entre 1946 e 2001, na-



da menos que 201 (81%) foram iniciados pelos EUA. Promovem golpes (Chile), sustentam ditaduras sanguinárias (Arábia Saudita, EAU), fomentam rebeliões e secessões (Kosovo, Taiwan), financiam grupos terroristas (Al Qaeda, Taliban, Tahir al-Sham e os neonazistas da Ucrânia) e acumulam crimes de guerra (Massacre de My Lai, no Vietnam, genocídio de 1 milhão de filipinos entre 1898 e 1912 e as matanças em Hiroxima e Nagasaki). Os EUA fizeram da Otan um instrumento de instabilidade política, promovendo guerras – como as da Bósnia, Kosovo, Somália, Iraque, Síria, Afeganistão, Líbia etc. – cinicamente tratadas como ações humanitárias, visando a “libertar” os povos desses países de governantes ditatoriais.

Diante deste poderio, temos a ascensão da China, que visa a tornar-se a potência hegemônica na metade deste século. Sim, o projeto chinês mira 2049, primeiro centenário da Revolução Chinesa. E o Brasil nisso tudo, como o Brasil pode se beneficiar desta polarização: mantendo-se neutro ou se alinhando aos EUA ou à China? Sabemos que nos últimos 20 anos, ao menos em termos de fluxo comercial e de investimentos diretos, o Brasil passou da órbita norte-americana para a chinesa. Em 2002, último ano do governo FHC, o Brasil exportou US\$ 60 bilhões, sendo que 26% para os EUA e apenas 4,2% para a China. Já em 2010, ao final do governo Lula, as exportações cresceram para US\$ 201 bilhões, sendo que a participação dos EUA caiu para 10%, ao passo que a da China aumentou para 15,2%. Em 2021, as exportações do Brasil foram de US\$ 280 bilhões, sendo que o peso dos EUA se manteve em 10,4% e o da China dobrou para 31,3%.

Em suma, ao longo de duas décadas, a participação chinesa nas exportações brasileiras, mais de 6 vezes menor que a norte-americana, passa a ser 3 vezes maior. Em 2022, as projeções são de exportações de US\$ 335 bilhões, e, não obstante uma redução relativa do montante direcionado à China, este deverá se aproximar de US\$ 100 bilhões, se consideradas as exportações realizadas para Hong Kong. Mantida a tendência do Brasil se firmar como grande exportador de *commodities* (grãos, carnes, minério de ferro e petróleo cru), a China permanecerá sendo nosso maior parceiro econômico.

E o que o Brasil pode ambicionar e deve priorizar? A estratégia do Brasil, como país periférico e subdesenvolvido, ao estreitar suas rela-



ções com a China ou com os EUA, deveria visar à atração de capitais para investimentos em infraestrutura, assim como o acesso à novas tecnologias. Para negociar condições mais favoráveis, deve usar seus trunfos: liderança na América Latina, grande mercado consumidor, potencial agrícola e mineral, Amazônia etc. Aparentemente as possibilidades oferecidas pela China parecem mais favoráveis, visto que, na condição de potência desafiante, tende a ser mais “generosa” nas condições apresentadas. A parceria no âmbito do Brics, incluindo a potencialização de seu banco, deve ser fortalecida. Aliás, o Brasil deveria trabalhar pela ampliação deste bloco, com a admissão de outros países periféricos de grande envergadura, como Argentina, México, Indonésia, Paquistão, Nigéria, Egito, Irã, Turquia, e outros, formando um G-20 exclusivamente com países fora da órbita da OCDE, o que favorece os países periféricos nas relações com as potências ocidentais.

Por fim, a entrada do país no Conselho de Segurança da ONU me parece muito pouco provável. Primeiramente porque os 5 integrantes dificilmente abririam mão da fatia de poder conquistada no pós-guerra. Segundo, porque a entrada de cada país sugerido traz objeções de um dos membros: a China impõe objeções à entrada da Índia, que por sua vez veta a entrada do Paquistão; a entrada do Brasil é contestada por México e Argentina; a entrada da Alemanha é objetada pela Grã-Bretanha e França e a entrada do Japão é contestada pela China e Coreia. Como é bem lembrado, só uma nova guerra mundial para mudar tal configuração. É melhor deixar como está.

** É mestre em Planejamento e Gestão Territorial e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).*

Conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (2016/17) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2011/14), é atualmente assessor da Liderança do PT no Senado Federal e professor voluntário do Núcleo de Estudos da Amazônia da UnB.



Das adversidades surgem oportunidades: o Brasil diante das tensões entre Estados Unidos e China

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi*

■ O cenário internacional tem passado por importantes transformações a partir de questionamentos acerca da ordem econômica estabelecida. A ascensão da China como potência industrial e econômica global, consolidada nas duas primeiras décadas do século XXI, coloca novos desafios tanto para países desenvolvidos como em desenvolvimento. Frente à intensa competitividade chinesa, as reações de diversos países, particularmente de Estados Unidos e economias europeias, têm sido de fomentar estratégias de desenvolvimento industrial e tecnológico. Isso porque a liderança em relação às tecnologias potencialmente dominantes no futuro está no cerne da disputa e do crescente acirramento das tensões entre as grandes potências.

A crise financeira internacional eclodida em 2008, bem como a busca por soluções para a crise climática e, mais recentemente, os adventos da pandemia de Covid-19 e da guerra na Ucrânia têm resultado em novos arranjos internacionais, que explicitam interesses econômicos diversos e exacerbam as tensões entre os países, embora as soluções dependam, em grande medida, de esforços coletivos. Na Europa, por exemplo, os desafios e compromissos da transição energética para fontes mais renováveis e menos poluentes esbarram na dependência em relação ao fornecimento de gás natural da Rússia. Ao mesmo tempo, as preocupações ambientais acabam condicionadas às cadeias produtivas globais ditadas por Estados Unidos e China, os dois maiores emissores de gases de efeito estufa do planeta.



Após quatro anos, durante os quais o Brasil adotou uma postura de distanciamento da agenda multilateral e foi considerado por muitos um pária internacional, o país tem como desafio reconstruir seu posicionamento de diálogo, porém em um contexto de importantes modificações nas relações entre as potências globais. No entanto, o desafio para o novo governo pode também se tornar uma grande oportunidade para o país. O Brasil pode, assim, retomar o protagonismo perdido enquanto grande interlocutor entre as potências no cenário mundial, especialmente se souber liderar uma agenda de interesse comum aos países, como a de garantir a sustentabilidade ambiental do planeta por meio de cooperação mútua e de compromissos viáveis que envolvam esforços de todos. Grande produtor mundial de alimentos, fonte de energia limpa e renovável em larga escala e rico em biodiversidade, além de um grande mercado interno, o Brasil tem um importante papel a cumprir no pla-



no internacional. A segurança alimentar, a segurança energética e a preservação ambiental em escala mundial mostram-se cada vez mais articuladas e as soluções, em larga medida, passam por articulações internacionais com o Brasil sobre esses temas.

Ativo estratégico nas decisões do desenvolvimento de longo prazo, a biodiversidade presente no território brasileiro pode ser um trunfo nas negociações internacionais, seja para garantir sua preservação, interesse comum aos demais países, seja para dela extrair alternativas sustentáveis de desenvolvimento, que por meio do conhecimento se tornam fontes de renda sem degradação ambiental. Desse modo, é possível extrair benefícios para o desenvolvimento sustentável e inclusivo que se preconiza para o país. Não se trata, porém, de se alinhar mais à China ou aos Estados Unidos, mas entender o contexto em transformação, os interesses legítimos de cada um e, sobretudo, os objetivos do próprio país. Assim sendo, manter-se equidistante no plano das negociações internacionais não significa manter-se neutro, mas prezar por garantir a soberania nacional na tomada de decisões estratégicas necessárias ao Brasil.

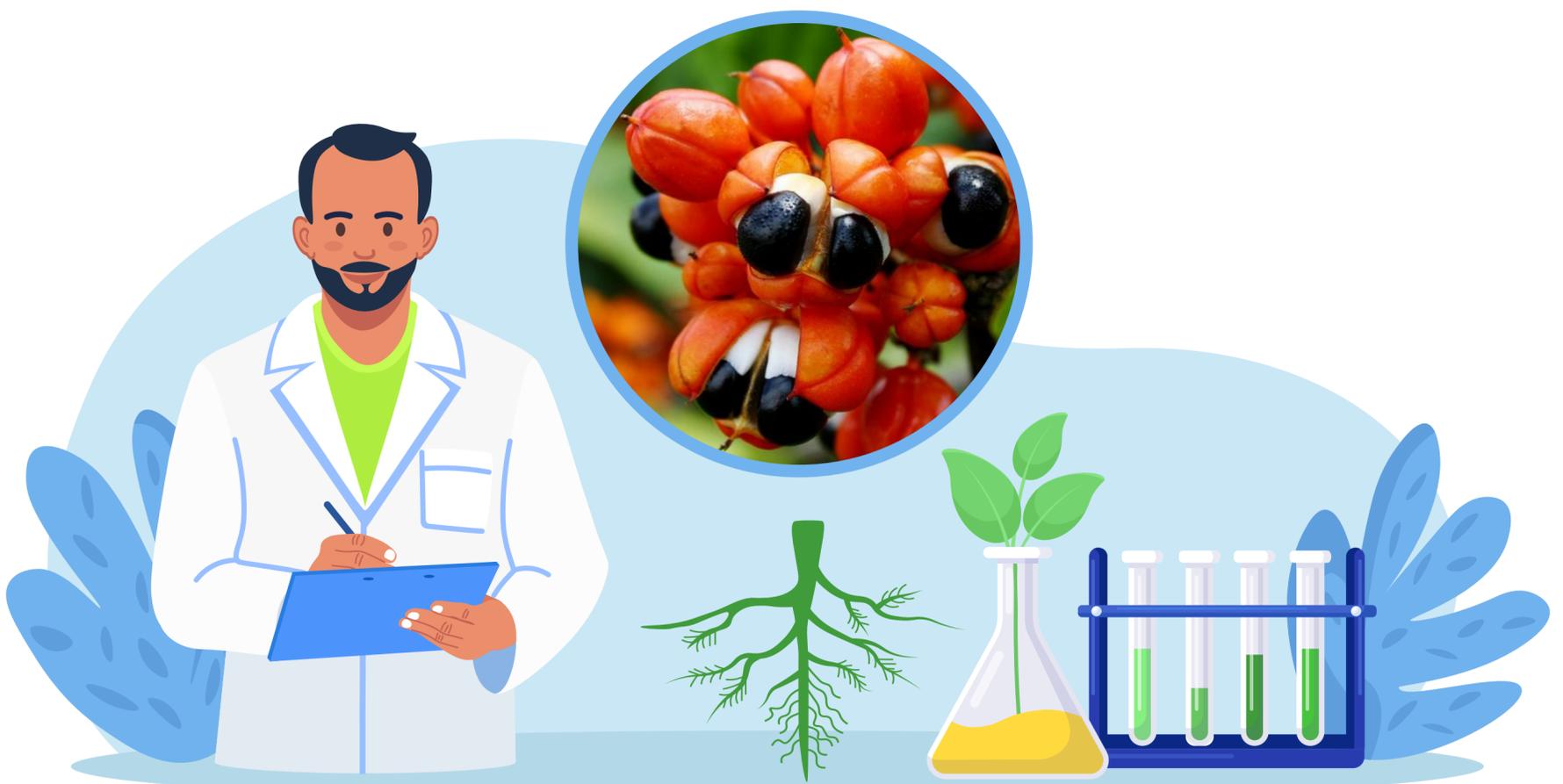
O conflito comercial EUA-China

A guerra comercial e, sobretudo, tecnológica entre Estados Unidos e China tem se refletido na dimensão geopolítica e militar, inclusive em episódios recentes envolvendo Taiwan, que poderiam vir a agravar as tensões latentes em curso. Segundo dados do departamento americano de análise econômica (BEA), o déficit comercial norte-americano de bens com a China passou de US\$ 314,9 bilhões em 2012 para US\$ 417,3 bilhões em 2018. Com o discurso protecionista de Donald Trump, à época na presidência americana, deflagrou-se a guerra comercial em 2018, baseada na imposição de tarifas de importação a produtos chineses, que continuou sob a escalada das tensões e retaliações por ambos os países até o início de 2020.

Segundo o acordo “*Phase One*”, que cessou momentaneamente a guerra comercial, a China passaria a adquirir mais de US\$ 200 bilhões adicionais em produtos norte-americanos e mesmo evitaria a obrigatoriedade de transferência tecnológica de empresas estrangeiras para acessar seu



mercado doméstico, entre outras medidas. Contudo, a realidade imposta pela pandemia de Covid-19 fez a dependência americana em relação às importações chinesas, especialmente de medicamentos, insumos farmacêuticos e equipamentos de proteção individual na área da saúde, voltar a crescer. Este tem sido um dos setores estratégicos, junto com semicondutores, tecnologia 5G e biotecnologia, por exemplo, que têm recebido apoio especial do governo americano no sentido de aumentar a resiliência das cadeias produtivas domésticas à medida que a corrida tecnológica se acirra, inclusive sob o argumento de segurança nacional, tanto na gestão passada como na atual, de Joe Biden. Cabe lembrar que, em 2021, o déficit norte-americano de bens registrado com a China foi de US\$ 352,8 bilhões. Permeado pelos interesses econômicos, o xadrez geopolítico reconfigura-se após décadas de intenso multilateralismo, fomentado pelos próprios americanos, e de relações simbióticas e de forte interdependência – produtiva, comercial e financeira – construídas entre Estados Unidos e China. Os acontecimentos recentes não significam uma ruptura da ordem internacional estabelecida, mas um reposicionamento, mesmo que gradual, dentro dessa mesma ordem, o que rebate sobre os demais parceiros de ambos os países em um período que é, possivelmente, o de maior tensão já existente entre duas grandes potências desde a queda do muro de Berlim em 1989. A corrida tecnológica em curso faz alguns, inclusive, denominarem este novo momento de “guerra fria tecnológica”.





O Brasil e suas relações econômicas internacionais

A dependência comercial brasileira em relação à China é notória. O gigante asiático se consolidou como principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. As pautas de exportação e importação entre os países denotam um processo de especialização assimétrica. Por um lado, recordes anuais de exportações brasileiras de *commodities* para China, especialmente soja, minério de ferro e petróleo. Por outro, um conjunto bastante diversificado de importações industriais provenientes do país asiático. A China, não por acaso, respondia em 2019 por cerca de 28,7% da produção manufatureira mundial, enquanto os Estados Unidos registravam apenas 16,8%, segundo dados das Nações Unidas.

Em 2021, foram US\$ 87,9 bilhões exportados do Brasil para a China, o que representava 31,3% do montante total exportado pelo Brasil naquele ano, de acordo com dados do Ministério da Economia brasileiro. No mesmo período, para os Estados Unidos, foram US\$ 31,1 bilhões exportados, correspondentes a 11,1% do total exportado pelo Brasil. Ou seja, o equivalente a quase um terço das exportações para a China. Do montante total vendido ao país asiático, 33% corresponderam às exportações de minério de ferro, seguidas por soja (31%) e petróleo (16%), que juntos concentraram praticamente 80% do valor exportado.

A expansão comercial com a China tem apresentado como principal vantagem os sucessivos e expressivos superávits comerciais registrados pelo Brasil nos últimos anos. Contudo, a pauta exportadora concentrada em *commodities*, o que tende a se acentuar, dada a necessidade e a busca por alimentos e energia pela China mundo afora, coloca desafios em termos de maior sofisticação tecnológica. Ao mesmo tempo, uma possível retomada econômica por parte do Brasil pode acentuar a dependência em importações chinesas, inclusive de maior valor agregado, o que já ocorre com os Estados Unidos.

Diante desse quadro, repensar a estratégia de desenvolvimento é fundamental ao Brasil, para que o alinhamento às grandes potências não seja guiado ideologicamente, mas permita a garantia da soberania nacional. O Brasil tem ativos importantes, cada vez mais valorizados pelo mundo na atualidade, como a referida biodiversidade. Isso, porém,



não basta. É preciso estratégia de desenvolvimento nacional para que, sob bases cooperativas internacionalmente, seja possível alcançar interesses comuns. Ao Brasil, vislumbra-se novamente a oportunidade de se tornar um importante mediador entre as potências globais e condutor de agendas de caráter internacional para preservação ambiental, buscando apoio tanto dos Estados Unidos como da China, para disso avançar nos objetivos do desenvolvimento nacional.

** É professor do Instituto de Economia da Unicamp, coordenador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri) da Unicamp, doutor pelo Centre of Development Studies da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e especialista em economia internacional, com foco no desenvolvimento econômico da China e do Brasil. E-mail: razb@unicamp.br.*

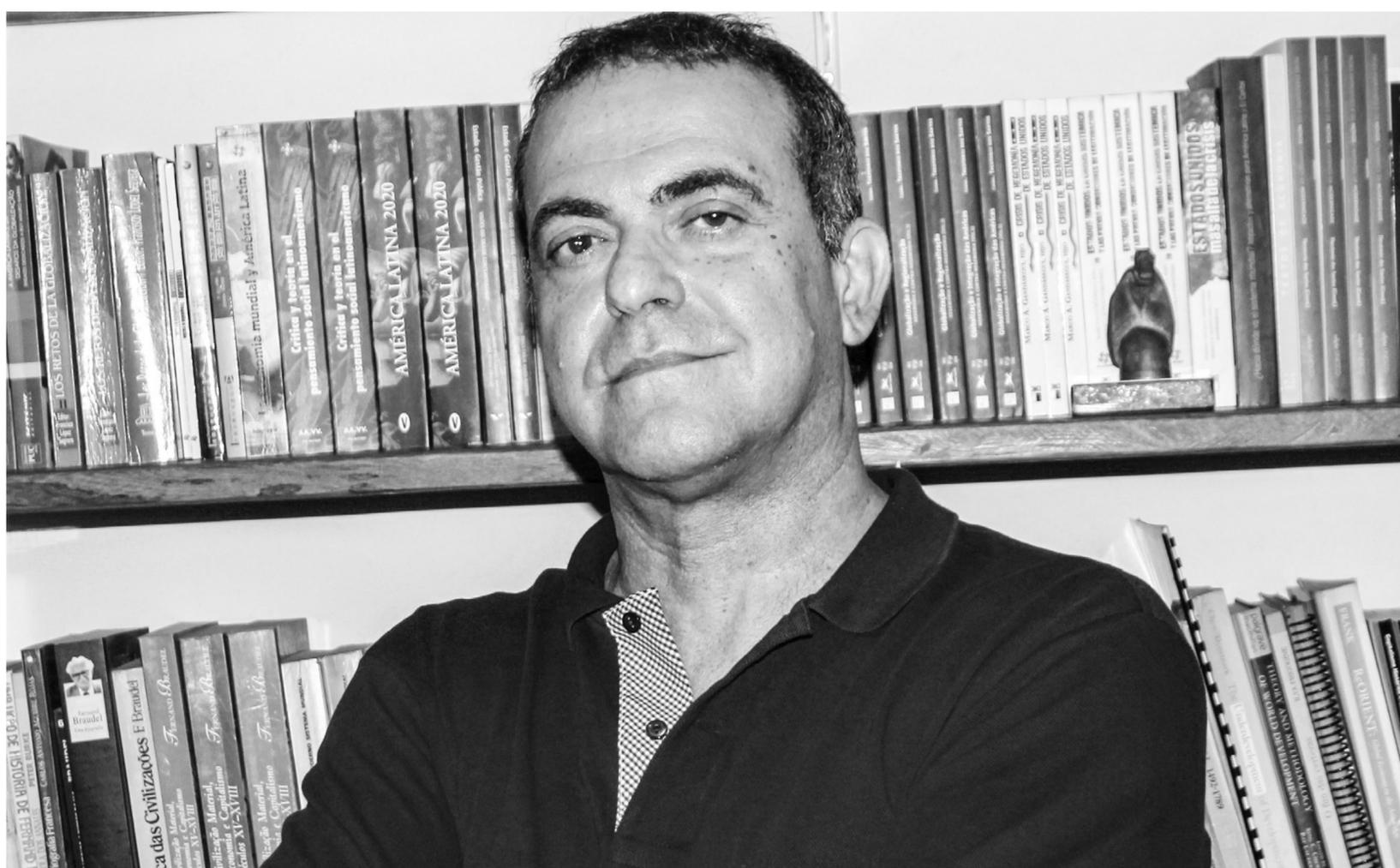




A América Latina diante das disputas geopolíticas contemporâneas

Carlos Eduardo Martins *

■ O sistema mundial contemporâneo se caracteriza pela tendência à transição à multipolaridade, que o imperialismo estadunidense busca conter e impedir para restabelecer uma ordem unipolar baseada em sua hegemonia, em declínio acelerado. Esta conjuntura de forças em choque tende a ganhar centralidade e a criar uma bifurcação no mundo contemporâneo, colocando em xeque os padrões internacionais de acumulação dominantes e suas principais formas institucionais. O acirramento das disputas tecnológicas, financeiras, comerciais e geopolíticas tende a se aprofundar, caracterizando um ambiente de caos sistêmico até que se consiga um novo consenso internacional frente à distribuição de poder. O padrão neoliberal de acumulação tem seus principais suportes debilitados com a perda da capacidade do comér-





cio internacional de alavancar o PIB mundial, com o recuo dos fluxos internacionais de capitais e com o crescente endividamento público nos Estados Unidos e União Europeia, que leva ao parasitismo e à estagnação relativa de suas economias. O comércio internacional, que representou 36,7% do PIB mundial em 1982, alcançou o auge de 60,9% em 2008, declinando para 54,1% em 2014, 56,3% em 2019, e de maneira mais acentuada para 51,6% em 2020 (Banco Mundial, 2022). Os fluxos internacionais de capital se aceleraram fortemente entre 1991-2007, saltando de US\$ 153,9 bilhões a US\$ 1,9 trilhão, atingiram o pico de US\$ 2,1 trilhões em 2015, para despencar a níveis em torno de 1,5 trilhão entre 2017-2022, excetuando a queda drástica para US\$ 963 bilhões em 2020 (Unctad, 2022).

Os Estados Unidos, após estabelecerem e impulsionarem o padrão neoliberal, viram-se na necessidade de confrontá-lo em função da transferência de dinamismo econômico, investimentos e de tecnologias para países periféricos e semiperiféricos que, acomodada pela financeirização da economia estadunidense, acumulou efeitos de médio e longo prazo que os debilitaram em favor da China. A guerra comercial, as sanções e o cerco impostos à China por Trump – extensivos aos seus parceiros econômicos de setores estratégicos – para impedir sua emergência como liderança tecnológica mundial mediante a efetivação do plano estratégico *Made in China 2025* vieram para ficar e não foram desmontados pelo governo Biden, ainda que tenham assumido outra dinâmica e formato menos unilateral. A aproximação geoeconômica da Rússia com a Europa, chave no desenho da Eurásia, passou a ser rechaçada com o estabelecimento da guerra entre a Otan e a Rússia no território ucraniano, precipitada pelas crescentes provocações da expansão para o Leste desta organização, uma vez que as sanções e guerras híbridas manejadas desde o governo Obama não foram suficientes para frear ou impedir essa aproximação. Os Estados Unidos se distanciam do imperialismo informal que orientou a globalização neoliberal e assumem cada vez mais o desenho de um imperialismo formal que se manifesta principalmente no novo conceito estratégico da Otan. Este aponta o controle do Indo-Pacífico como chave para assegurar os interesses internacionais da aliança transatlântica. Reivin-



dica como prioridades a contenção da China e sua aproximação com a Rússia, impedir a construção geoeconômica da Eurásia, ampliar seus integrantes no Leste Europeu e suas parcerias fora desta região para atingir estes objetivos.

O esgotamento da globalização em função da crise do paradigma neoliberal se acirra com as disputas geopolíticas e gera uma espiral inflacionária ao se combinar com as políticas anticíclicas para enfrentar os efeitos depressivos da Covid-19. Tal cenário ativou a implementação de políticas monetárias restritivas nos Estados Unidos e União Europeia, invertendo o movimento de redução das taxas de juros iniciado a partir de 2008, que se radicalizou durante o enfrentamento da depressão associada à pandemia, excetuado o período de Donald Trump, que empreendeu um movimento suave de elevação. Este cenário deve agravar os limites aos fluxos internacionais de capitais, notadamente os de origem estadunidense e europeia, reduzir as taxas de crescimento da economia mundial e os limites à expansão do comércio internacional, freando sua modesta recuperação em 2021 e 2022. A América Latina e o Brasil se veem afetados pela provável crise terminal da globalização neoliberal, pela crise da democracia burguesa a que dá lugar e pelas disputas geopolíticas globais. A transferência estrutural de divisas na balança de serviços, relacionada à condição de região dependente da economia mundial, se vê cada vez menos compensada por novos ingressos de capital para equilibrar seu balanço de pagamentos, exigindo superávits comerciais maiores ou transferências unilaterais de divisas de massas crescentes de trabalhadores emigrados. O estabelecimento de superávits comerciais em condições de redução do dinamismo do comércio exterior leva à pressão para aprofundar vantagens históricas como as obtidas pela superexploração dos trabalhadores e da natureza. Há dez anos, os fluxos internacionais de capitais se encontram significativamente abaixo do seu pico em 2012 na América Latina e Caribe. No Brasil são onze anos desde o pico em 2011. O bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos pouco tem a oferecer de positivo à América Latina e ao Brasil. O que se destaca no poder norte-americano são estoques de investimento direto declinantes na região, com expressiva vinculação ao



setor financeiro; protecionismo contra as nossas exportações; barreiras à imigração latina; e ingerência em assuntos internos para impedir o estabelecimento de democracias populares e a emergência de um polo de desenvolvimento no hemisfério que ameace sua hegemonia e dominação, como se manifestou no apoio que deu aos golpes de Estado em Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia, no cerco que impôs à Venezuela e a Cuba, no desmonte da Unasul e dos projetos de integração regional soberana que respaldou, ou na contenção do Brics que orientou. As possibilidades de contar com apoio da ala liberal estadunidense para a proteção ambiental e combate ao fascismo estrutural são relativamente limitadas, uma vez que o imperialismo necessita do acesso a matérias-primas e de segmentos internos instalados no aparato repressivo com poder de dissuasão dos avanços democráticos. O apoio que o protecionismo norte-americano pode oferecer ao ambientalismo brasileiro para combater as vantagens comparativas espúrias é de curto alcance e superficial.

As disputas geopolíticas e a projeção mundial da China colocam a América Latina e o Caribe como uma das regiões de maior importância para a sua política externa. Se a militarização do Indo-Pacífico, a expansão da Otan e o apoio a Taiwan são um instrumento dos Estados Unidos para conter a China, as crescentes relações diplomáticas, comerciais, produtivas e financeiras entre a China e os países latino-americanos e caribenhos são um instrumento para diminuir a projeção dos Estados Unidos e enredá-lo em seu próprio hemisfério. Se retiramos o México, que representa 43% das exportações da região, e sua forte conexão com a economia dos Estados Unidos, para onde dirige 80% de suas exportações, a China já é o principal parceiro comercial da América Latina e Caribe, sendo origem de 20,7% de suas importações e destino de 14,7% de suas exportações em 2021. Tal proporção se acentua na América do Sul, ganhando destaque no Brasil, entre 2011-2021, onde a China saltou de 17,5% para 31,3% como destino de suas exportações e de 14,4% a 21,7% como origem das importações. As exportações latino-americanas e caribenhas para o país asiático estão fortemente concentradas em produtos primários, com baixa diversificação, 75%



delas representadas por cinco produtos, o que constitui um problema de especialização internacional no comércio exterior.

Os investimentos chineses na região são ainda modestos, havendo um amplo potencial de expansão. Dirigidos inicialmente à indústria extrativa, deslocaram-se mais recentemente para o segmento de infraestrutura, telecomunicações e novas energias, apresentando alto dinamismo e capacidade de reestruturação em função da própria modernização acelerada da economia chinesa, suas necessidades e estratégias internacionais. São vinculados em mais de 80% a empresas ou bancos estatais, refletindo o forte comando do Estado em seu planejamento e orientação. O caráter planejado e estatal desses investimentos lhe proporciona maior flexibilidade para sua reconfiguração, tendo em vista as necessidades de alianças internacionais da China em um mundo de fortes disputas geopolíticas. Desde o 18º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em 2012, Xi Jinping vem propondo a visão global de uma comunidade de futuro partilhado, baseada na cooperação e no aprendizado recíproco, onde o desenvolvimento se coloca como um projeto planetário e coletivo, respeitando as características de cada país, buscando atingir metas globais: a erradicação da pobreza, a sustentabilidade ecológica, o estabelecimento de matriz de energia limpa e a promoção da ciência e tecnologia. Como parte desta iniciativa se estabelece a Cúpula China-Celac e o convite para a região integrar a Rota do Cinturão e da Seda.

Abre-se assim a possibilidade para reconfigurar a especialização primária de baixa diversificação e limitado valor agregado que tem marcado a pauta exportadora da América Latina e Caribe com a China. Por fundamentar sua política externa em princípios anti-imperialistas, desde Zhou Enlai na Conferência de Bandung em 1955, não cabe à China impor um padrão de desenvolvimento a terceiros. A nova onda de esquerda que se estabelece na América Latina e Caribe poderá reconfigurar desde dentro as suas prioridades de desenvolvimento e terá apoio da China, que busca limitar o imperialismo ultramarino dos Estados Unidos. Diferente da China, os Estados Unidos são uma potência econômica em declínio em nossa região, que perde força em seu comércio exterior e estoque de capitais, convertendo-se em um



poder rentista, promotor do neoliberalismo, de programas de austeridade e golpes de Estado para impedir nossa afirmação como polo civilizatório democrático, popular, mestiço e tropical com grande projeção mundial, tal como vislumbrava Darcy Ribeiro.

É professor associado do Irid e do Pepi da UFRJ, professor visitante do Arrighi Center for Global Studies da Universidade Johns Hopkins, editor da Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo, pesquisador do Clacso e coordenador do Lehc/UFRJ.





Desafios do Brasil num mundo em transformação

Marta Skinner*

■ A eleição de Lula para um terceiro mandato na presidência da República tem um valor simbólico importante não só para o continente latino-americano, mas também para o mundo, principalmente por haver conseguido derrotar uma coalisão de extrema direita virulenta apoiada e sustentada por militares e apoiada pelos EUA. Hoje, a América Latina representa o único lugar do mundo onde o desastre social das políticas neoliberais e o tsunami da extrema direita vêm sofrendo contestação, com vitórias eleitorais de coalizões progressistas. O movimento reacionário, antissistema de extrema direita cresceu de forma exponencial na última década e angariou adeptos no mundo todo com um discurso agressivo e xenófobo, principalmente depois da eleição de Trump nos EUA, o que muito contribuiu para o fim da ordem internacional do pós-Guerra Fria e, como consequência, o declínio da hegemonia ética e cultural do mundo eurocêntrico, dentro do sistema internacional. É visível que o mapa geopolítico está em franca mutação, com a ascensão econômica da Ásia ao centro do tabuleiro mundial, o Brexit, a volta da Rússia à condição de segunda potência atômica em guerra aberta com a Otan, a ascensão do Irã em claro confronto com os EUA e Israel, mas também com a entrada da América do Sul no roteiro da competição das grandes potências. Essa mutação tem se acirrado de forma bastante tensa e ainda não nos permite delinear como acabará.

Apesar do conflito cada vez mais polarizado entre os EUA e China e da guerra entre Rússia e Otan tomarem a cena inteira do contexto internacional, a conjuntura vem se movendo em torno de vários outros aspectos que nem sempre remetem a esses conflitos.



Nesse momento, a chegada de Lula à presidência com 61 milhões de votos é um capital político importante, não só para o retorno do Brasil à cena internacional, para o continente latino-americano, mas também para o mundo em geral, que hoje carece de uma liderança com a capacidade de negociação estratégica como a que Lula demonstrou ao longo dos seus dois mandatos. Sob sua liderança, o Brasil passou a ocupar uma posição de destaque internacional, que nunca havia tido anteriormente, deu passos importantes no tocante à liderança sul-americana, projetando sua influência para fora do continente, transcendendo as dimensões do próprio país, com adesão aos Brics, com a comunidade africana e com a dos países árabes, sendo reconhecido e procurado nos fóruns internacionais como um país de tradição pacificadora, sem nenhum passado belicista.

Fato que fica mais evidente depois da gestão desastrosa de Bolsonaro, que colocou o Brasil na posição de um pária internacional, não só



pela sua gestão caótica da pandemia e das questões ambientais, mas pela toxidade de suas manifestações.

A vitória de Lula coincide também com a vitória de coalizões progressistas nos principais países do continente, o que deve facilitar a formação de um bloco regional de poder que certamente ampliará a potência da presença brasileira dentro do cenário internacional e reforçará a multipolaridade, como foi o tom dos dois governos Lula. Nesse sentido, o Brasil saído dessa eleição poderá dar uma contribuição importante para o desenho das instituições que deverão reger a nova ordem internacional que nascerá desses embates atuais. Como bem argumenta Fiori em recente entrevista¹ : “Não é improvável que a evolução dos acontecimentos permita um consenso em torno da reformulação do Conselho de Segurança da ONU. Mas com certeza esse *não deve ser um ponto central da agenda externa* brasileira, porque as próprias Nações Unidas e todas as suas instâncias estão paralisadas e perderam capacidade decisória, relevância e protagonismo eficaz neste momento de *desconfiguração da geopolítica internacional*.”

O sistema internacional sempre foi controlado por um pequeno número de grandes potências, que acumularam poder econômico, financeiro e militar desproporcional às suas dimensões territoriais e exercem esse poder de forma implacável na defesa de suas posições, bloqueando a ascensão dos países concorrentes através de uma competição predatória, que sistematicamente desrespeita as “leis do mercado”. Neste momento, esse sistema está atravessando uma crise de enormes proporções que deve durar um longo tempo, mas é também nesses momentos que geralmente surgem as janelas de oportunidades para países situados fora do núcleo do poder global fazerem opções que podem ser decisivas para seu futuro na luta dentro do sistema internacional.

No entanto, é preciso entender que o sucesso ou não das estratégias nacionais de desenvolvimento sempre dependeram dos condicionantes externos, da dinâmica geopolítica e geoeconômica, dadas as assimetrias de poder econômico e político do sistema. O Brasil nos anos 30 foi coagido a uma postura defensiva e começou a trilhar o caminho da construção de uma economia nacional, menos sensível às flutuações dos mercados globais. Nasceu a partir dali e se consolidou progressivamente



um processo de industrialização voltado para o mercado interno, que se transformou na coluna vertebral do desenvolvimentismo brasileiro. Apesar de não ocupar posição relevante na geopolítica da Guerra Fria, o Brasil enfrentou duras condicionalidades exigidas pelos EUA frente às tentativas de autonomia na exploração de recursos naturais estratégicos e manteve um alinhamento quase automático com a política internacional dos Estados Unidos praticamente durante todo o século XX, transformando-se no seu principal sócio econômico dentro da periferia sul-americana. O desenvolvimentismo se transformou na resposta capitalista – tolerada pelos liberais – ao projeto socialista para os países subdesenvolvidos. Se não fosse assim, não se entenderia porque o desenvolvimentismo brasileiro teve relativo apoio e foi capaz de aglutinar quase todos os segmentos das classes dominantes e de suas elites políticas regionais. De fato, naquele período, o desenvolvimento não foi só intensivo e concentrado em certos setores e espaços geográficos; pelo contrário, veio acompanhado da expansão permanente das fronteiras agrícola e urbana, o que permitiu amplas possibilidades de ganhos patrimoniais, apesar de seu caráter altamente excludente. A contrapartida dessa aliança com a burguesia nacional foi o recorrente bloqueio à incorporação das massas na política, assim como o veto às iniciativas emancipatórias em 1954, 1964 e 2016, que levaram o presidente Vargas ao suicídio, ao golpe contra o presidente Jango e mais tarde à deposição da presidenta Dilma. Por isto, durante a Guerra Fria, mesmo sem ser incluído entre os países de “desenvolvimento a convite”, o Brasil transformou-se no laboratório de uma estratégia associada pública e privada de desenvolvimento que contemplou todos os segmentos do capitalismo central.

No entanto, houve alguns períodos em que o Brasil experimentou estratégias mais ousadas que desafiaram a ordem internacional estabelecida. Uma primeira vez, no final da ditadura militar, com a política externa do governo do General Geisel e uma segunda, com a política externa ativa e ativa dos governos de Lula e Dilma, interrompida por mais um golpe, com o apoio americano, das forças armadas e civis de extrema direita, como em 1964.



Com o enorme fracasso da coalizão golpista e do seu projeto ultraliberal, o Brasil optou por um novo caminho através de uma frente eleitoral ampla, vitoriosa na última eleição. Apesar do desmonte das políticas públicas e do esgarçamento da sociedade nos últimos seis anos, o Brasil e o bloco latino-americano já adquiriram dimensão e peso internacionais que lhes permitem resistir e avançar na consolidação de graus de soberania dentro do sistema internacional.

Mesmo sabendo que os EUA continuam a pressionar pelo alinhamento da América Latina, sua liderança regional vem declinando a olhos vistos e sua capacidade de enfrentamento de grandes desafios simultaneamente em várias regiões do mundo vem se reduzindo. Essas situações abrem oportunidade para a renegociação dos termos da relação com o continente de forma mais ativa. E, para tal, a política externa e a liderança brasileira serão absolutamente fundamentais.

O novo governo brasileiro terá que tomar algumas decisões estratégicas fundamentais para viabilizar a construção e sustentação interna e externa do novo modelo de sociedade e de soberania nacional que está se propondo construir. Terá de construir um bloco de poder nacional e um sistema flexível de alianças internacionais capazes de sustentar seu novo projeto de futuro, mesmo sabendo que enfrentará ataques de todos os lados, de dentro e de fora do país. E assim retomar o caminho interrompido da reconquista dos direitos sociais e trabalhistas da população, de proteção da natureza e de aumento de seus graus de soberania internacional.

Temos a nosso favor, nessa conjuntura mundial da guerra, a autossuficiência em fontes de energia, grãos e em disponibilidade de águas. Nosso maior problema está na desigual distribuição desta riqueza e na grande resistêcia da elite a qualquer tipo de política redistributiva. Será impossível avançar no plano da soberania externa do país sem avançar na luta contra a desigualdade social, o que exigirá uma verdadeira guerra interna contra a miséria e a desigualdade. A maior resistêcia certamente virá das forças que se consolidaram dentro do país, nos últimos anos, à sombra do fanatismo ideológico de uma “nova direita” irmanada ao ultraliberalismo econômico e financeiro e da velha direita primário-exportadora, liderada pelo agronegócio, numa



coalizão de poder apoiada por militares, agora totalmente convertidos ao catecismo neoliberal.

O Brasil deverá procurar ocupar no futuro o lugar de uma potência pacificadora dentro do sistema internacional e no seu próprio continente. Para tal, terá que construir parcerias estratégicas diversificadas de complementariedade com as grandes potências do sistema interestatal, aproveitando as oportunidades geradas pela competição permanente entre elas. Mas uma coisa é certa: se o Brasil quiser liderar a integração latino-americana e do continente dentro do sistema mundial, terá que inovar numa forma de expansão continental e mundial que não repita o expansionismo agressivo dos demais colonizadores.

** É economista, cientista política e professora aposentada da Uerj, Ucam, IBMEC e PUC/RJ.*

1 Fiori, J.L. A volta de Lula é um alento para a América Latina. Entrevista a Alberto Cantalice e Pedro Camarão. Revista Focus Brasil nº 75, Fundação Perseu Abramo, novembro 2022. Disponível em <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/11/25/entrevista-jose-luis-fiori-a-volta-de-lula-e-um-alento-para-a-america-latina/>.





Planejar o nosso comércio exterior, precificar a “volta do Brasil ao mundo”

Elias Jabbour*

■ Muito se tem discutido sobre os termos das relações Brasil-China. Pela direita, seria um exemplo de utilização de nossas “vantagens comparativas”: afinal, indústria e agricultura seriam basicamente a mesma coisa e essas “vantagens” foram amplamente utilizadas pelo governo Bolsonaro, com a concentração de 91% de nossas exportações para o país asiático em apenas dez produtos. Mesmo entre os dez produtos, há uma impressionante concentração em três itens: soja, minério de ferro e petróleo¹. A questão não se encerra aí. Não há problemas em termos a China como nosso maior parceiro comercial. A contradição





está na ampliação do papel deste país em nossas exportações: em 2021, 46,4% das exportações brasileiras foram direcionadas à China². Detalhe importante é que nenhum item de nossas exportações tem seus preços criados dentro do país, o que nos deixa vulneráveis ante as flutuações de preços externamente criados.

Pela “esquerda”, o próprio fato de uma leitura sobre a China estar presa a formas positivistas e a um marxismo acadêmico vulgar ainda predomina. Portanto, o fato de se observar aquela experiência utilizando-se de um pleonasma (“capitalismo de Estado”) impede a percepção de que o surgimento de uma nova formação econômico-social por lá nos obriga a construir novos marcos teóricos, conceituais e categoriais. Sem isso, não se surpreende tomar a nuvem por Juno e aplicar à China a alcunha de país imperialista. Ora, se o conceito se manifesta no movimento real, a ideia não pode vir antes da matéria. Essa nova formação econômico-social enseja o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica capazes de elevar a capacidade do Estado, via grande produção e grande finanças públicas, de intervir rapidamente sobre a realidade (“Nova Economia do Projeto”) via execução de milhares de projetos simultaneamente; eleva-se o domínio humano sobre a natureza; novas regularidades econômicas surgem e urgem descoberta, *currente calamo*.

A questão que nos cabe é que essa capacidade não se circunscreve aos marcos nacionais chineses, mas nas possibilidades desta Nova Economia do Projeto ser a base fundamental ao surgimento de uma globalização alternativa à neoliberal patrocinada pelos Estados Unidos³. Seu instrumento institucional: a *Belt and Road Initiative*. Rapidamente o eixo da economia internacional está migrando do Atlântico Norte à Ásia centrada na República Popular da China. Afora o peso do referido país em nossas pautas de exportações e importações, o esforço de nossa inteligência nacional deve se remeter à criação de instituições capazes de potencializar as relações entre os dois países, tendo como marco uma agenda que priorize nossos interesses estratégicos, sendo o principal deles a reconstituição de nossa base física a novos e superiores esquemas de divisão social do trabalho. É fato que o grau de deterioração de nossas infraestruturas embute um risco à própria integridade territorial do Brasil. Esse é um ponto fundamental e que deveria ser



FREEPIK



motivo *per se* para reflexões que vão além dos investimentos em si. O desafio das relações Brasil-China em seu futuro imediato e não imediato demanda certo esforço de elaboração teórica que escapa muitas vezes àqueles envolvidos neste tipo de discussão. O campo desta elaboração é a história. A planificação em um país como o Brasil não tem nada a ver com o que vemos, por exemplo, na experiência chinesa. Portanto, nessas condições o nosso papel é o de nos organizar no sentido de aproveitar os movimentos impostos pela vida. Aqui urge uma necessidade essencial ao que se tem chamado tanto de “reconstrução nacional” quanto de “volta do Brasil ao mundo”. A nosso ver a volta do Brasil ao mundo deve ter um preço claro: a nossa reindustrialização. Seu instrumento fundamental: a planificação do comércio exterior. A percepção dos movimentos que a vida nos entrega e como aproveitar ao máximo as possibilidades do mundo.

Exemplos abundam. No final da década de 1950, o Brasil aproveita a tendência do automóvel emanado dos Estados Unidos. Na verdade, dada as condições incipientes de nossa industrialização àquela época, a opção pela rodovia mostrou-se a mais correta diante de uma realidade onde o Brasil mal se constituía em um marco nacional unificado, com as próprias ferrovias existentes espelhando a realidade de um país formado por “ilhas econômicas”. A opção pelo automóvel e o



caminhão foi parte fundamental da constituição de uma imensa indústria metalmecânica em nosso país.

O desenvolvimento das forças produtivas no país nos últimos tempos, sobretudo em nossa agroindústria, e o aumento dos fluxos inter-regionais de transporte têm demonstrado os limites da opção rodoviária, colocando na ordem do dia a substituição da rodovia pela ferrovia no Brasil. Logo, diante de tarefas como a de resgatar toda a capacidade produtiva destruída pela Operação Lava-Jato, é imperativo de futuro planificar o nosso comércio exterior no sentido de negociar e operar a instalação de centenas de milhares de quilômetros de trens de média e alta velocidade por parte dos chineses.

Assim, a “volta do Brasil ao mundo” passa a ter sentido com a necessidade de escalar as relações com esse gigante asiático em patamares superiores, nos mesmos moldes ao que testemunhamos por parte do Irã⁴, que, em uma troca de petróleo por obras públicas e transferência de tecnologias (criação de um departamento novo na economia do referido país), inaugura a viragem para uma época em que a lei da degeneração dos termos de troca não é algo mais absoluta. O ambiente internacional de acirramento das rivalidades entre EUA e China amplia as possibilidades do Brasil e da precificação de nossa volta ao mundo. Aos EUA não interessa a presença chinesa operando a unificação física do Brasil e da América do Sul. Aos chineses não interessa um Brasil fraco, desintegrado e com seu tecido social esgarçado. O Brasil é fundamental ao sucesso da empreitada de um mundo multipolar.

O momento é de elevar a um patamar muito superior as nossas relações com a China. Toda uma plasticidade institucional deverá ser construída com a presença das mentes mais capazes do país, subordinadas ao gabinete da presidência da República, com o intuito de pensar nossas relações com os chineses como parte fundamental do resgate do esforço iniciado com a Revolução de 1930. Temos reservas imensas de petróleo. Os chineses, os bens públicos e suas capacidades produtivas anexas que o Brasil precisa para a nossa reconstrução. Superar a “nova dependência” e construir uma industrialização pela planificação de nosso comércio exterior: estão postas as contradições e as múltiplas formas de superá-las. Parece, mas não é. O mundo anda tão perigoso quanto pro-



pício aos interesses nacionais brasileiros. Temos quatro anos para construir um verdadeiro casamento de dois grandes projetos nacionais.

** É professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e autor, com Alberto Gabriele, de China: O Socialismo do Século XXI (2021) e Socialist Economic Development in the 21st Century: A Century after the Bolshevik Revolution (Routledge, 2022). Vencedor do Special Book Award of China 2022.*

1 Brasil concentra vendas na China como nenhuma outra grande economia e isso pode ser um problema. Valor Econômico. 22/10/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/10/brasil-concentra-vendas-na-china-como-nenhuma-outra-grande-economia-e-isso-pode-ser-um-problema.ghtml>.

2 China é maior responsável por exportação recorde. Valor Econômico. 14/01/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/14/china-e-maior-responsavel-por-exportacao-recorde.ghtml>.

3 Sobre isto, ler Jabbour, E.; Dantas, A.; Vadell, J. (2021). Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. Estudos Internacionais, v. 9, n. 4, p. 90-105.

4 Watkins, S. China Inks Military Deal with Iran Under Secretive 25-Year Plan. Global Research, jul. 2020. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/china-inks-military-deal-iran-under-secretive-25-year-plan/5718940>.





Das muitas consequências, a consequência – Amazônia nas relações econômicas Brasil-China

Rubia Cristina Wegner*

■ Na primeira década de 2000, o Brasil, junto com outros países sul-americanos, experimentou elevação dos superávits comerciais e elevação das taxas de crescimento explicadas, em parte, pelo aumento da demanda de exportação da China por bens primários, que ocasionou aumento dos seus preços internacionais. Na entrada da década de 2010, o padrão de comércio com a China não se alterou estruturalmente. Em 2012, o valor das exportações brasileiras de soja para China alcançou aproximados US\$ 12 bilhões, 69% do valor total da soja então exportada (US\$17 bilhões) pelo Brasil. Em 2021 o Brasil exportou US\$ 38,6 bilhões, tendo sido a China responsável por aproximados 70%. A expansão da participação da China nas exportações brasileiras de soja é contínua entre 2012 e 2021 e além de facilitar um padrão de crescimento brasileiro centrado na exportação do agronegócio, tem induzido também consequências sobre a infraestrutura e expansão da fronteira agrícola para Amazônia pelo lado do Brasil.

As transações em investimento externo direto (IED) e comércio internacional chinês em agricultura estão, cada vez mais, sob as diretrizes nacionais de fortalecimento de um novo padrão agrícola do país. E um dos elementos que o caracteriza é a criação coordenada e induzida pelo Estado de novos atores empresariais, consolidando a entrada de capital comercial e industrial no campo. Dados de departamentos oficiais do governo chinês (central e locais) e relatórios anuais de empresas estatais indicam se tratar de atores como: cooperativas, propriedades agrícolas familiares, agricultores especializados e capitalizados, empresas



líderes, além de conglomerados empresariais. O padrão de comércio Brasil-China em soja pode induzir a concluir que a China depende das exportações brasileiras desta *commodity* e, assim, o Brasil deveria se especializar ainda mais em sua produção. Nada mais equivocado.

Desde fins da década de 1990 e com maior intensidade a partir dos primeiros anos da década de 2000, têm se colocado em curso estratégias de financiamento e concessão de (vultosos) subsídios na coordenação de investimentos no setor agrícola e pecuário em toda a China, articulando desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural. O nível de mecanização, de produção nacional e uso de insumos, bem como de produção agrícola (e produtividade) e de abate de animais (especialmente porco) aumenta anualmente.

Os conglomerados empresariais da agricultura na China ou são empresas estatais tradicionais ou empresas de base tecnológica que promovem internacionalização – por meio de fusões e aquisições (F&A) –, recorrendo a acesso aos recursos, mas também à aquisição de marcas de natureza tecnológica. O objetivo da consolidação das empresas esta-



tais no mercado doméstico e no mercado internacional tem sido posto em planos quinquenais e documentos do governo, consistindo em reestruturações de propriedade, mas também de financiamento e investimento público, principalmente. Dados da State-owned Assets Supervision and Administration Commission (Sasac) de 2019 apontavam que 97 conglomerados empresariais estatais respondiam ao governo central e representavam boa parte dos ativos de empresas estatais no país. A concorrência internacional, no agronegócio, é também disputada pela China com investimento (além de programas específicos, como subsídios para produtos e setores, abrangendo toda a cadeia produtiva) no fortalecimento dos conglomerados agrícolas. Nesse sentido, a China National Cereals, Oil and Foodstuffs Co (Cofco) é a maior empresa chinesa do agronegócio, maior processadora de alimentos, agroindústria e exportadora. Na avaliação de Jiamei e Xuanmin (2016), em 2015, a Cofco superou grandes empresas como Bunge, o que colocou a China despontando em posição no mercado internacional de grãos. Fortalece-se como um conglomerado diversificado especializado em comércio e processamento de todos os gêneros alimentícios, uma cadeia agroalimentar internacionalmente integrada, capacidades acumuladas em processamento, manufatura, logística e distribuição. A Cofco também atua em serviços financeiros como mercado de futuros de *commodities*, banco regional e mercado de seguros. Outros podem ser citados. A Bright Foods foi criada em 1954, em Shanghai, sob o nome de Shanghai Agriculture Industry and Commerce Corporation Group. Em 1995, o Comitê de Gestão de Ativos Estatais de Shanghai, via documento nº17, aprovou registro de capital de RMB 1,566 bilhão. Em 2004, via documento nº113, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais de Shanghai aprovou sua reestruturação e reorganização, alterando seu nome para Shanghai Agriculture Industry and Commerce Group e aumentando seu capital para RMB 2,5 bilhões (Bright Foods, 2020).

O pragmatismo chinês da soja e o Brasil

Os efeitos para o Brasil da expansão do comércio internacional de soja não tiveram início com a expansão e o aprofundamento das relações econômicas internacionais com a China. Esse processo foi ocor-



rendo sob uma política agrícola brasileira de indução da expansão das lavouras de soja na Amazônia com subsídios governamentais, bem como investimentos públicos em infraestrutura e logística na região. Além disso, o modelo orientado a exportações dessa *commodity* foi induzindo à expansão da fronteira agrícola para o norte do país.

Nessa perspectiva, o padrão de comércio Brasil-China se caracterizar pela soja como principal produto exportado pelo Brasil não resulta de uma ação unilateral chinesa. De fato, a intensificação da produção de soja no Brasil foi sendo apresentada acriticamente por entidades classistas e pelo governo federal como “motor do desenvolvimento nacional”. Situação que foi exacerbada nos últimos anos. Em seminário realizado pela Embrapa Soja, em 2019, diferentes expositores concluíram que o sistema de produção de soja proporcionaria um fator de desenvolvimento, bem como atingiria grau de consolidação tal que se tornaria sustentável.

Antes ainda, em meados da década de 2010, apostou-se na expansão da fronteira agrícola também como estratégia de desenvolvimento durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, quando se aprofundou a articulação de modais ferroviários e rodoviários, bem como logísticos ao norte do país para facilitar escoamento da produção exportada. Essa iniciativa ficou conhecida por Arco Norte.

O Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), localizado em Porto do Itaqui, em São Luís (MA), foi inaugurado em 2015 com a função estratégica de escoamento e desenvolvimento de uma nova fronteira agrícola no Brasil. De acordo com informações do sítio eletrônico do Tegram, este Terminal consolida a ‘hinterlândia’ (Arco Norte, entendemos) na região norte do país para exportação de grãos (soja e milho, em maior proporção) e minerais, bem como a movimentação de petrolíferos (importação de diesel e gasolina). Em 2021, de acordo com o relatório do Tegram, mais de 19 milhões de toneladas de carga sólida (minérios e grãos) foram movimentadas no porto, contra um pouco mais de 8 milhões em 2001. Entre 2001 e 2015, a movimentação de carga sólida no porto foi sendo reduzida e somente voltou a se expandir em 2015, com a estratégia Arco Norte e demais investimentos em infraestrutura na região.

Mas a manutenção da região da Amazônia Legal sob uma lógica de in-



ternacionalização e abertura se fortaleceu nos últimos anos, quando o então governo conduziu ações contrárias à promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica. Assistiu-se ao incentivo da sua internacionalização sob uma lógica de redução da fiscalização, desmatamento, queimadas e encerramento de projetos e programas locais, cujos efeitos no longo prazo poderão ser nefastos e ir de encontro a acordos internacionais, o que, por sua vez, impedirá a entrada de novos investimentos. Uma estratégia que pode ser considerada amadora para o tratamento da questão ambiental e de retrocesso relativo.

Estudo conjunto de Trase e Imaflora levantou que 2,6 milhões de hectares de plantações de soja em terras não registradas estão localizadas na Amazônia e no Cerrado. Das terras destinadas à produção de soja na Amazônia Legal, vale ressaltar, 88% estão registradas, de acordo com esse estudo. Os resultados desse estudo foram divulgados em 2019 e praticamente não tiveram efeito algum sobre o tratamento da questão da parte do então governo federal do Brasil.

Em outubro de 2019, o então governo brasileiro sancionou a remoção do prazo de registro de terras pela não adesão ao CAR (Cadastro Ambiental Rural). Adicionaram-se medidas que permitiriam a ampliação da atividade mineradora na Amazônia, além da instalação de estradas que cortariam a floresta virgem. Ocorreu, ainda, a aprovação do uso de agroquímicos até então proibidos neste bioma.

Neste contexto de retrocessos, em dezembro de 2019, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão da Agricultura aprovaram projeto de lei (2.963/2019) para facilitar a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, bem como o seu arrendamento. Em dezembro de 2020, o projeto foi aprovado no Senado Federal e agora aguarda votação na Câmara. O projeto de lei revoga a lei que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros (Lei 5.709/1971) ao prever algumas restrições para esse tipo de transação, como limitar as dimensões das áreas que podem ser adquiridas e definir uma exigência prévia de autorização do Incra. Com a nova lei, o Brasil retoma um entendimento próximo ao da década de 1990, quando a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu pareceres autorizando empresas brasileiras sob controle estrangeiro e empresas



estrangeiras com participação de capital brasileiro a adquirir terras sem que fosse necessário cumprir com essas exigências.

O projeto brasileiro para a Amazônia Legal estaria, em maior ou menor medida, à mercê da estratégia brasileira de inserção nos mercados internacionais na exportação da soja. Em 2019, a divulgação das queimadas na região ocasionou alguns contratempos para o agonegocio brasileiro. Alguns parceiros, como a Noruega, retiraram¹ repasses ao Fundo Amazônia. A ratificação do acordo Mercosul-União Europeia², bandeira do governo Michel Temer, também teve seu andamento comprometido³ pelo aumento das queimadas na Amazônia e sob a exigência de inclusão de cláusulas ambientais.

No entanto, o principal parceiro comprador da soja brasileira, o governo chinês, por meio de seu ministro conselheiro, Qu Yuhui, afirmou que a expansão das queimadas (descontroladas) na Amazônia Legal não seria capaz de afetar as relações entre Brasil e China, tendo sido multiplicadas as contratações de soja brasileira.

A situação das queimadas na Amazônia Legal parece, porém, estar longe de ser resolvida. Dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais apresentam que apenas em setembro de 2022 – em meio à campanha eleitoral do país – foram contabilizados mais de 40 mil focos de queimadas, o maior número registrado para o mês de setembro em 12 anos e 143% maior do que o número de focos registrados em setembro de 2021. Os planos de governo dos presidentes, porém, não tratavam a questão com a profundidade necessária⁴.

O pragmatismo chinês na Amazônia Legal

Os conglomerados empresariais chineses têm expandido sua atuação na Amazônia Legal desde o centro-oeste brasileiro. Essa expansão, no que diz respeito à soja em si, tem ocorrido por meio de contratos de compra de toneladas do produto. E quanto ao seu escoamento, na aquisição de participações em empresas de infraestrutura e logística.

Com a facilidade proporcionada pelo Brasil, a China tem conseguido constituir um sistema logístico de escoamento da produção de grãos produzidos no Brasil. Considerando a base China Global Investment



Tracker⁵, entre 2008 – primeiro ano em que investimentos de empresas chinesas teriam sido anunciados no Brasil – e 2022, foram anunciadas 69 transações de IDE no Brasil, que totalizaram aproximados US\$ 63 bilhões. Dessas transações, entre 2008 e 2022, 3 foram em agricultura e anunciadas entre 2016 e 2017, totalizando US\$ 1,6 bilhão – 2,3% daquele total de volume de IED anunciado para 2008 a 2022. Porém, em transportes, desde 2016 a 2021, foram 5 transações que totalizaram aproximados US\$ 2 bilhões – em torno de 2,9% daquele volume total de transações de IED anunciado entre 2008 e 2022. Dessas 5 transações, porém, duas estão diretamente relacionadas com navegação.

Além da agricultura e transportes, podem ser mencionados outros fatos relacionados, desde meados da década de 2010. Em 2016, a Hunan Dakang Pasture Farming, unidade do grupo chinês Shanghai Pengxin Group, investiu cerca de US\$ 200 milhões na aquisição de 57% das ações da *trading* e processadora de grãos brasileira Fiagril Ltda. O investimento tem como principal interesse a área de soja e milho e está localizado em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, de acordo com o relatório de investimentos China-Brasil⁶. No final de 2017, o grupo chinês Citic Agri Fund Management comprou a operação de sementes de milho da Dow AgroSciences Sementes e Biotecnologia Brasil por US\$ 1,1 bilhão. Essa nova empresa, rebatizada de LP Sementes, detém cerca de 20% do mercado nacional de sementes de milho. A Yuan LongPing High-tech Agriculture – subsidiária do Citic Agri Fund – é a líder de mercado de sementes na China e líder global de sementes de arroz híbrido, passando, com a transação, a ter acesso ao banco de germoplasma de milho do Brasil. Na bacia do Tapajós, no estado do Pará, ocorre boa parte dos megaprojetos de infraestrutura articulados com os interesses de grandes grupos do agronegócio – além das tradicionais Cargill, Dreyfus e Bunge, a chinesa Cofco tem aumentado sua participação. O resultado do relatório⁷ da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a ONG Amazon Watch indica um quadro na região amazônica brasileira – em estados como Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Amazonas – de exploração praticamente indiscriminada e desregulamentada em mineração, agronegócio e energia, sobretudo. Empresas como Vale, Anglo American, Belo Sun, Po-



tássio do Brasil, JBS, Cosan/Raízen, Equatorial Energia Maranhão e Eletro-norte são apontadas neste relatório como epicentros deste quadro. Interessante destacar que instituições financeiras – BlackBlock, Citigroup, J.P. Morgan, Vanguard, Bank of America, dentre outras – também são indicadas, naquele relatório, como financiadoras, o que expõe uma governança desta exploração que é aparentemente consentida e incentivada.

Mesmo que conglomerados empresariais chineses expandam suas operações na Amazônia, estão adentrando conforme as regras do jogo colocadas por sucessivos governos brasileiros. Nos últimos anos da década de 2010, esses conglomerados têm subscrito participação em empresas brasileiras ou multinacionais instaladas no Brasil. Mais do que uma estratégia de consolidação, dentro do que abordamos neste texto, tem sido uma forma de estar em uma região com recursos naturais, florestais, em que se tem permitido intensificar o agronegócio, construir portos e infraestrutura para exportação e importação de *commodities*. Não obstante, a transformação em curso das forças produtivas da agricultura e da pecuária chinesas indicam que este parceiro comercial do Brasil vem desempenhando alguma liderança internacional no agronegócio além da mera importação de soja *in natura*. Cabe ao ‘projeto brasileiro’ decidir como responderá a esse novo padrão.

** É professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).*

1 Em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html

2 São décadas de negociação para um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia ser ratificado. Em 2018, o então presidente Michel Temer anunciou que ambos os blocos econômicos fechariam em definitivo um tratado de livre comércio. Para os então presidentes de Brasil e da Argentina (Maurício Macri) – países membros do bloco – e do Chile (Sebastián Piñera) – país associado – um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia equivaleria a atestar que o “Mercosul deu certo”. Wegner, Fernandes e Freitas (2020) analisam os termos deste acordo para indicar que ele não traz benefícios para o Brasil, contribuindo, na verdade, para ‘reprimarizar ainda mais sua estrutura produtiva’. Ainda em 2022, a UE, após anúncios do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de que os termos do acordo deveriam levar a um ‘comércio mais justo’, rechaçou quaisquer mudanças no mesmo.



3 Em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/09/queimadas-na-amazonia-podem-complicar-acordo-com-mercosul-diz-ue.html>

4 Em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623690-amazonia-ja-acumula-mais-de-100-mil-focos-de-queimadas-em-2022>

5 Base de dados mantida por American Enterprise Institute e The Heritage Foundation, desde 2005, para monitorar os investimentos externos de empresas chinesas em todo o mundo.

6 De acordo com estudo realizado pelo Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

7 Em <https://amazonwatch.org/assets/files/2020-cumplicidade-na-destruicao-3.pdf>.





O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 30º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Guilherme Ferreira, graduado pelo IE-UFRJ, obteve menção honrosa no certame.

A obra de Maria da Conceição Tavares: uma análise do período 1963-1978

Guilherme Ferreira*

■ A grande relevância da obra de Maria da Conceição Tavares, bem como sua importância no debate nacional e a admiração pela autora, foram as motivações para a elaboração de minha monografia de conclusão de curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho, intitulado *A Obra de Maria da Conceição Tavares: uma análise do período 1963-1978*, foi realizado sob orientação do professor Ricardo Bielschowsky e defendido em novembro de 2020.

Maria da Conceição Tavares desembarcou no Brasil em 1954, após fugir da ditadura salazarista. A partir daí, com a equivalência de seu diploma de Matemática não reconhecida, rumou para a Economia. Com a mudança, as histórias brasileira e latino-americana foram brindadas com o florescimento de uma brilhante intelectual, cujas contribuições transpassam o campo da Ciência Econômica. Reconhecida por suas análises originais, tornou-se uma das economistas de maior influência no Brasil após os anos 60. Durante sua trajetória, Conceição apresentou uma profunda preocupação com a questão do subdesenvolvimento – sobretudo o brasileiro. Para analisá-lo, se propôs a ter um olhar transdisciplinar e apaixonado sobre os fenômenos que estudava, embora sempre mantivesse a distância necessária do objeto. Bielschowsky (2010) destaca al-



gumas de suas mais distintas marcas: solidez teórica, cultura histórica, caráter humanista e perspectiva multidisciplinar.

Maria da Conceição Tavares é uma economista ligada à tradição desenvolvimentista, mais especificamente, à chamada segunda geração da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Embora sempre acompanhada do método histórico estrutural, ao longo de sua trajetória, rompe parcialmente com as análises cepalinas. Bielschowsky (2010) divide a obra da autora em duas grandes etapas. Na primeira, anterior a 1980, buscou compreender a presença do crescimento brasileiro, isto é, a problemática associada ao desenvolvimento capitalista em economias subdesenvolvidas. Na segunda etapa, de inícios de 1980 em diante, dedicou-se às causas da ausência de crescimento, dando ênfase às transformações na ordem econômica global. A monografia aborda a primeira etapa da obra da autora, e a periodiza em três momentos, cada qual



representado por um capítulo no trabalho, apresentados a seguir. O primeiro capítulo, intitulado “Substituição de Importações”, apresenta a análise de um dos grandes clássicos da literatura econômica latino-americana: *Auge e declínio do Processo de Substituição de Importações*, de 1963. O artigo se situa em um momento histórico de discussão sobre os limites estruturais do processo substitutivo de importações e sobre a questão da restrição externa. Nele, Conceição analisa a industrialização da América Latina de modo geral e do Brasil, como caso particular. Partindo da exposição sobre o modelo agrário-exportador, fruto da fase colonial e que vigorou até 1929, analisa seu rompimento e apresenta sua teoria sobre o processo de substituição de importações como resposta a sucessivos estrangulamentos externos, mostrando como este modelo, na tentativa de superar certos estrangulamentos, gera novos.

No modelo agrário-exportador, o impulso do crescimento é o setor externo, isto é, as exportações formavam a base dos componentes autônomos do crescimento e estavam assentadas em poucos produtos e com grande limitação à diversificação produtiva. A partir de 1929, entra-se na fase liderada pela industrialização, apoiada em um processo de substituição de importações. Conceição analisa o processo observando os condicionantes internos do crescimento: a robustez e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a influência dos recursos produtivos. Para a autora, o processo não significava a superação do subdesenvolvimento, mas mudava qualitativamente a natureza da dependência.

No caso do Brasil, observa que o modelo substitutivo estruturou grandes desigualdades setoriais, regionais e de renda. Para ela, o problema da concentração da renda se tornou um empecilho para a continuidade do processo, pois o mercado teria dificuldades em absorver a produção industrial e teria se concentrado num padrão de consumo de luxo nas elites. Com sua análise original, foi capaz de explicar como se renovavam dentro do modelo problemas de estrangulamento externo.

O segundo capítulo, “Além da Estagnação: Estilos de Desenvolvimento e uma Primeira Incursão nos Determinantes Endógenos do Crescimento”, tem como fio condutor o não menos clássico *Além da Estagna-*



ção, de 1972, escrito no Chile em parceria com José Serra. O artigo se insere em um contexto de debate sobre a crise dos anos 60 e apresenta uma réplica a Furtado, que atribuía a estagnação a um desajuste entre o crescimento e a distribuição de renda, por rendimentos decrescentes de escala. Com o início de um ciclo de crescimento vigoroso, tal conclusão foi desacreditada. Embora parta do mesmo ponto que Furtado, isto é, os limites do processo de substituição de importações, Tavares e Serra analisam a crise dos anos 60 como um período de transição para um novo estilo de expansão capitalista, nutrido pela exclusão das massas e assentado na concentração da renda.

Por um lado, os autores utilizam como fio condutor analítico a abordagem de Estilos de Desenvolvimento e deslocam a ênfase à problemática interna do crescimento, notadamente da acumulação de capital no Brasil. Por outro lado, apresentam críticas aos esquemas cepalinos clássicos, as quais seriam aprofundadas nos trabalhos subsequentes da autora. Para os autores, as reformas pelas quais o Brasil passou nos anos 60, conjuntamente com a compressão salarial, recompuseram a taxa de investimento público e privado, engendrando uma forte expansão puxada por bens duráveis, mas excludente e que reforçava a heterogeneidade estrutural (Bielschowsky 2010).

O terceiro capítulo, “A Interpretação dos Ciclos Endógenos do Crescimento”, versa, fundamentalmente, sobre as obras *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de 1974, e *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, de 1978. As teses fazem parte de um esforço de reinterpretação para o desenvolvimento capitalista no Brasil e reforçam a ruptura parcial com as interpretações clássicas da Cepal. Conceição produz um original esquema analítico para analisar a dinâmica endógena do movimento de acumulação do capitalismo brasileiro, cuja solução é encontrada através da formulação de um esquema micro-macrodinâmico, que visa à compreensão das relações entre estrutura de produção e repartição da renda no processo de acumulação.

Neste esforço extrai elementos de diferentes autores para interpretar a dinâmica do sistema. De Keynes, incorpora o conceito de economia monetária e o papel central da incerteza. De Kalecki, o caráter dual do investimento. O Princípio da Demanda Efetiva funciona como lei ge-



ral da dinâmica capitalista. De Schumpeter, extrai o papel da inovação como propulsor do desenvolvimento capitalista. A partir da teoria do valor de Marx, como lei de valorização do capital, compreende os movimentos gerais do capitalismo contemporâneo. Com estes elementos e a articulação entre o modelo trissetorial de Kalecki adaptado ao Brasil e as teorias de oligopólio, extrai as características básicas de articulação entre distribuição de renda e acumulação em distintos padrões históricos de acumulação.

O modelo proposto privilegia os aspectos internos do movimento de acumulação de capital, dando ênfase ao andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. A partir desta análise pôde depreender três elementos marcantes da economia brasileira: ciclos curtos e intensos; problemas de abertura externa; e articulação dependente com o sistema internacional.

A obra de Conceição é extensa e analisá-la em sua completude exige um esforço que vai além dos limites de um trabalho monográfico. Portanto, buscamos nos concentrar em suas análises sobre evolução do lado real da economia brasileira durante o período de 1930 até 1977. Isto se justifica, pois Conceição foi a economista de sua geração que mais se dedicou à questão da dinâmica do crescimento brasileiro. Além disso, foi também a que melhor fez a ponte entre o lado real e o lado financeiro da economia, relação abordada ao longo do trabalho de maneira relativamente breve.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bielschowsky.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Conceição e o crescimento econômico brasileiro. IN: Guimarães. J (org). Leituras críticas de Maria da Conceição Tavares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

* *É mestrando em Economia na Universidade Federal Fluminense.*